

*Discurso na cerimônia de lançamento do
Plano Nacional Integrado de Redução de
Acidentes no Trânsito*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE DEZEMBRO DE 1996

Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Cardeal-Arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão; Senhor Ministro dos Transportes, Alcides Saldanha; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores de Minas Gerais e do Distrito Federal; Senhores Parlamentares; Senhora Presidente do Núcleo dos Amigos, Familiares e Vítimas em Acidentes de Trânsito; Dona Cláudia Vidigal; Meu amigo e companheiro Osmar Santos; Senhoras e Senhores;

Quero também me dirigir aos que estão reunidos agora na Bahia e assistem de longe a esta transmissão, que é uma reunião internacional de pessoas envolvidas nas campanhas contra acidentes de trânsito e que se preocupam com a questão.

Creio que o fato mesmo de estarmos aqui e de, praticamente, estar todo o Ministério reunido – os Governadores estão bem representados por dois deles, e temos ainda a presença do Cardeal-Arcebispo de Brasília, de algumas vítimas do trânsito, de tantas pessoas envolvidas nessa luta contra os acidentes de trânsito – é o que há de mais simbólico e importante para mostrar o quanto, hoje, o que

acontece nas nossas ruas e estradas pode ser considerado uma pequena catástrofe. Pequena e, às vezes, grande.

O número de vítimas de trânsito no Brasil, só em si, é maior que o número de vítimas de muitas das guerras contemporâneas do dia-a-dia. E, como disse o Ministro Clóvis Carvalho, como isso não aparece totalizado, aparece discretamente – um acidente aqui, outro ali – não temos a noção da magnitude desse problema. Qual de nós não teve, na família ou entre amigos próximos, algum acidentado ou algum morto nos acidentes de trânsito? Não é possível, portanto, que a sociedade brasileira, que vive um momento de recuperação da cidadania, não incorpore também uma nova dimensão à cidadania, que é o comportamento civilizado nas ruas e nas estradas.

Já disse o Ministro Clóvis, eu apenas repito: isso depende de uma ação solidária do Congresso. Renovo o apelo que tenho feito insistentemente para que o Congresso aprove ainda agora – e, se não aprovar, coloco na convocação extraordinária – o Código Nacional de Trânsito. São anos de discussão, anos de luta. Nós temos que aprovar esse Código. Aqui, há parlamentares certamente dispostos a ajudar nesse processo, e isso é fundamental, porque é uma nova regulamentação que permite maior controle.

Não basta isso. Agora mesmo, estamos enviando ao Congresso medidas que também aprimoram o comportamento no trânsito pelo lado controlador e repressivo, que também é importante, e pelo lado da segurança dos caminhoneiros, dos motoristas que não podem ser expostos a um trabalho além de certo número de horas, porque isso é um risco pessoal e para terceiros, que são inocentes e não têm nenhuma responsabilidade pelos excessos eventualmente praticados.

Mas creio que, dadas as características dos tipos de acidentes já também descritos, a questão fundamental não é sequer a das estradas – e olhem que as nossas estradas estão precisando de muita correção, e o Ministro tem feito um esforço grande nesse sentido: é, realmente, uma questão de conduta pessoal, é a embriaguez, é guiar depois de muito cansaço, é desatenção, enfim, um conjunto de fatores dessa natureza, que acabam por produzir desastres irreparáveis.

O fato de que a maioria dos desastres se dá em dia claro, em estradas retas, somado a este outro de que há concentração muito grande de acidentes, inclusive fatais, quando os carros são conduzidos por homens jovens, mostra que é uma questão comportamental – temos que combater essa tentativa de atribuí-los à manifestação de uma força de natureza, que não cabe nessas situações. É o jovem que arrisca e que, porque é jovem, porque normalmente tem maior controle sobre suas reações psicomotoras, abusa dessa sua capacidade psicomotora. Frequentemente, é disso que deriva o acidente. Portanto, a mudança de comportamento depende também de uma ação da família, da escola e dos meios de comunicação, que têm sido sempre presentes nessa matéria, como em outras também. Mas é preciso que haja, realmente, uma campanha.

Não é a ação de governo que muda comportamentos ou, pelo menos, não é a ação do Governo sozinho. Não é a ação isolada de ninguém que muda comportamentos: é o encadeamento, é a sinergia que deriva do fato de que ações discretas acabam por se encadear e por produzirem um resultado positivo.

Acredito que precisamos dar muita visibilidade a esta campanha contra acidentes de trânsito – visibilidade gráfica, visibilidade auditiva, visual, como já disse, nas televisões, nos cartazes. Mas nós temos que avaliá-la, temos que ver quais são os efeitos. Tenho repetido uma idéia que é um truísmo, mas que convém repetir: nós estamos passando por uma fase, no Brasil, em que não basta tomar a decisão, não basta distribuir recursos. É preciso saber como se implementou a decisão, qual foi a utilidade dos recursos que foram designados. Nós precisamos, portanto, avaliar os resultados da nossa ação – nós, Governo, e, no caso, aqui, o conjunto da sociedade.

Eu pediria à própria imprensa que, na sua tarefa de cobrança, cobre os resultados: “Os acidentes estão diminuindo?” Incentivem a sociedade, mostrando que, se há uma campanha e maior entusiasmo para que se controlem os efeitos a que me referi, haverá conseqüências positivas; e que, se não houver conseqüências positivas, nós é que teremos de corrigir o modo como estamos levando a campanha e a cruzada.

É dessa maneira, democraticamente, mobilizando a sociedade suprapartidariamente, supra-socialmente, que vamos ter a possibilidade de exibir indicadores mais decentes em matéria dessa natureza.

Eu até diria que o Brasil devia incorporar como uma dimensão do seu avanço democrático, da sua consciência-cidadã, os indicadores sobre acidentes de trânsito. No dia em que conseguirmos chamar a atenção e mostrar que nos envergonhamos, como nos envergonhamos das crianças que estão ao desamparo na rua, como nos envergonhamos do trabalho escravo nas carvoarias, e por aí vai; no dia em que incorporarmos também essa dimensão de que não podemos aceitar passivamente a existência de um descalabro no trânsito, eu creio que, aí, sim, todos se mobilizam, e nós avançamos para reduzir esses acidentes.

No fundo, é o mesmo processo: uma sociedade que cresceu, que se desenvolveu, que está amadurecendo, mas que não se pode ainda dizer que seja uma sociedade civilizada, no sentido da democracia. Só é civilizada democraticamente uma sociedade onde existe consciência de cidadania. E a consciência de cidadania é, basicamente, também o respeito ao outro, respeito ao outro na sua integridade física e nas suas opiniões. Não é só nas opiniões: é também na sua integridade física. E acidentes de trânsito, na monta que temos aqui, são uma afronta à cidadania, porque não estamos respeitando nosso semelhante.

Termino, portanto, repetindo o que disse o Ministro Clóvis: esta é uma ação afirmativa, uma ação pela vida.

Muito obrigado aos senhores.